

la Fondation responsable du Centre de Paris, qui a compris sans difficulté l'intérêt considérable que la création de cette direction d'Études, dans le cadre hautement prestigieux de l'EPHE, pouvait présenter pour le rayonnement de la culture portugaise en France.

Nous avons donc travaillé ensemble, le Professeur Aubin et moi, à ce projet pour lequel nous avons obtenu l'accord de l'administration de l'École. Ce fut sans doute l'une des actions les plus importantes que j'ai pu développer pendant la période de six ans (1983-1989) durant laquelle j'ai dirigé le Centre Culturel Portugais de Paris.

Ce n'est pas ici le lieu de fournir une information complète sur les cours de l'EPHA résultant de la collaboration de la Fondation Gulbenkian: les programmes furent opportunément affichés et publiés par l'École et, avec les noms des personnalités invitées, figurent également dans les rapports de la direction du Centre de la Fondation ainsi que dans les quelques pages que j'ai consacrées ce projet dans les «Memórias para o Ano 2000» publiées cette année.

La création d'une collection éditoriale accompagna l'activité du Centre, sous la référence commune de l'EHESS et du Centre de la Fondation Gulbenkian (volumes édités jusqu'en 1996 et 2000).

Mon départ, en 1989, a malheureusement mis en sourdine le Centre de l'EHESS, jusqu'à sa disparition – qui, de toute façon, aurait été inévitable à la mort de Jean Aubin, qui fut son garant scientifique et son moteur moral.

Mais le Professeur Aubin a également prêté sa collaboration au Centre de Paris de la Fondation Gulbenkian, participant, avec autorité, à l'organisation de certains colloques scientifiques d'histoire qui, au long de cette «période faste» (ce sont les propres mots de Jean Aubin), ont fait partie de nos activités parisiennes. Il a également été l'initiateur d'une association française d'histoire de Portugal qui fut alors fondée et que la Fondation Gulbenkian hébergea.

La disparition du Professeur Jean Aubin représente une double, triple perte, pour les études concernant l'histoire du Portugal (il laissa en attente l'édition française d'une histoire du règne de Dom Manuel, à laquelle il apportait des recherches originales), pour l'affirmation de la culture portugaise auprès des milieux universitaires français – pour ses nombreux amis, enfin.

L'auteur de cette note n'oubliera jamais le «convívio» qu'il a eu le privilège d'avoir avec l'esprit brillant et grave, ouvert et ferme, loyal et exigeant de Jean Aubin, durant les années de collaboration avenue d'Iéna et, ensuite, dans le cadre d'un sympathique voisinage angevin, à quelques kilomètres de son amicale et «quieta» demeure de la Tour du Pin ou, plus tard, du Parc de Géronne.

Jarzé, septembre 2000

A HISTORIOGRAFIA DO RENASCIMENTO EM PORTUGAL: REFERENTES ESTÉTICOS E IDEOLÓGICOS HUMANISTAS

por
NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES
(Universidade de Coimbra)

Uma das características fundamentais da literatura renascentista, que a diferencia da produção medieval, à parte a diferente riqueza formal, é o aproveitamento que faz da literatura clássica¹. Todo um conhecimento de prosadores e poetas gregos era comum entre os homens cultos do Renascimento, quer soubessem lê-los no original ou em traduções latinas, muito em uso, ou mesmo em vulgar².

Importantes versões latinas de autores gregos se devem aos humanistas italianos do séc. XV. Muitas delas se empreenderam sob a égide do Papa Nicolau V, o fundador da Biblioteca Vaticana. Estas estão na base de muitas outras que se fizeram em língua vulgar. A grande divulgação de traduções

¹ Conhecida é a predileção de Petrarca pela história, que o levou a procurar zelosamente manuscritos de Tito Lívio e Plínio, sobretudo. Vide PIERRE NOLHAC, *Pétrarque et l'Humanisme* (nouvelle édition, remaniée et augmentée), Paris, 1965, vol. II, cap. VI, «Pétrarque et les historiens romains».

Angelo Poliziano comenta também a monumental obra latina de Plínio em que se baseia Martinho de Figueiredo. A *História Naturalis* de Plínio-o-Velho é o repositório mais completo de observação sobre a natureza que a Antiguidade nos legou, pelo que é compreensível o empenho manifestado pelos humanistas em reconstituir o seu texto original. O Comentário ao *Prólogo da História Natural de Plínio*, de Martinho de Figueiredo, dedicado a D. João III, saiu dos prelos de Germão Galhardo, em Lisboa, no ano de 1529, com o título *Epistola Plinii secundū ueram lectionē ex exquisitissimis exemplaribus. Ab Angelo Politiano magnis sumptibus: et summa diligentia perquisitis*. Sabe-se que também em Espanha, António de Nebrija explicou Plínio pelo método filológico na Universidade de Alcalá (vide MARCEL BATAILLON, *Erasmus y España. Estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*, trad. esp., México, 1966, p. 17) e que um seu discípulo, Herman Nuñez, «Pinciano», é autor de umas *Castigationes* a Plínio, que datam de 1544 (vide MARIA DOLORES DE ASIS, *Herman Nuñez en la historia de los estudios classicos*, Madrid, 1977, cap. VI). Significativa é ainda a tradução italiana da *Historia Naturalis*, da autoria de Cristoforo Landino.

² Vide Gualdo Rosa, «Le traduzione dal greco nella prima metà del '400: alle radici del classicismo europeo», in *Hommages à Henry Bardon*, eds. M. Renard; P. Laurens, Bruxelas, 1985, pp. 177-193; P. O. Kristeller, *Renaissance thought and its sources*, Nova Iorque, 1979, pp. 148-149.

latinas da literatura grega – em que avultam as de Leonardo Bruni e de Marsilio Ficino à obra de Aristóteles e Platão, respectivamente – e de obras da literatura latina, editadas com frequência, no original e em vernáculo, contribuí em larga medida para que o latim se torne o veículo universal da cultura da época e esteja na base da familiaridade mantida com os autores clássicos³.

A lição do humanismo italiano iria, sem demora, ser seguida pelo mundo culto e perdurar por mais de um século. De todos os géneros literários cultivados pelos antigos, a história é talvez o que mais seduz os tradutores do século XVI, sobretudo em França⁴.

A glória da Roma antiga era incansavelmente entoada pelos humanistas italianos, preocupados em ajustar a beleza do seu discurso à grandiosidade dos feitos dos seus antepassados, como o testemunha Lorenzo Valla, no prefácio ao primeiro livro das suas *Elegantiae Latinae*, que inspiraram as considerações dos gramáticos humanistas, Antonio de Nebrija e Fernando de Oliveira, sobre a língua, companheira do império⁵. Esta glorificação do passado mítico-histórico de Roma desencadeia uma verdadeira emulação,

³ No que toca à tradução latina de obras gregas com um cariz histórico mais ou menos acentuado, referiremos, a título de exemplo, o labor de um Lorenzo Valla, que traduz Heródoto e Tucídides. Leonardo Bruni, que verte Tucídides e o *Hiéron* de Xenofonte. Deste autor traduz o cardeal Bessarion os *Memoráveis*. Humanistas como Valla, Poggio, Filelfo e Pier Candido Decembrio traduzem a *Ciropédia*. A Decembrio se deve ainda a tradução da obra de Apiano. Niccolò Perotti verte Políbio e o *De fortuna romanorum* de Plutarco. Tradutores de obras do autor de Queroneia são ainda Guarino de Verona e Francesco Barbaro. Angelo Traversari – humanista que dedicou ao nosso Infante D. Pedro um seu tratado, o *De Providentia* – traduz em 1475 a obra de Diógenes Laércio. Textos históricos famosos como os discursos de Demóstenes e Ésquines feitos a Alexandre e à cidade de Atenas, conhecidos lacunarmente através de historiadores como Quinto Cúrcio, são traduzidos integralmente por humanistas como Rudolfo Agrícola. A este pioneiro dos estudos retóricos humanísticos, na segunda metade do séc. XV, se devem também as traduções de Isócrates *Ad Demonicum Paraenesis* e *Ad Nicoclem Cypri regem*, que conhecem dezenas de edições e vão ser fonte de inspiração de autores de tratados de educação de príncipes ou de obras de parénesis a eles dirigidas. Sobre este humanista vide J. IJSEWIJN, «Agrícola as a greek scholar», in *Rodolphus Agricola Phrisius 1444-1485. Proceedings of the international conference at the University of Groningen* (28-30 October 1985), ed. F. Akkerman e A. J. Vanderjagh, Leida, 1988, pp. 21-22.

⁴ Vide a este propósito, Pierre Villey, *Les sources d'idées. Textes choisis et commentés*, Paris, 1912, pp. 39-50. São disso exemplo as traduções francesas de obras históricas, tais como as elaboradas por Claude Seyssel, de Tucídides e de Diodoro Sículo, por Pierre Saliat de Heródoto, por Jacques Amyot de Plutarco, por Étienne de la Boétie de tratados de Xenofonte e Plutarco, por Claude Pinet da obra de Plínio-o-Velho.

Em Portugal e em Espanha conhecem-se nesta época traduções de autores clássicos, principalmente de obras morais e de parénesis ético-política: as traduções portuguesas de Cícero de Duarte de Resende, *De amicitia*, e Damião de Góis, *Cato Maior*; as de D. António Pinheiro do *Panegírico de Trajano* de Plínio o Moço e da Carta de Cícero a seu irmão Quinto; e ainda as que fez para castelhano Diego Gracián de Alderete dos *Moralia* de Plutarco e dos tratados de Xenofonte, Isócrates, Agapeto e Díon.

⁵ Sobre este assunto, vide EUGENIO ASENSIO, «La lengua compañera del Imperio», in *Estudios portugueses*, Paris, 1974, pp. 1-16.

não só entre os escritores italianos, herdeiros directos do grande império – não poderemos esquecer o espírito da *Monarquia* de Dante e mesmo de *Il principe* de Maquiavel – mas ainda entre os humanistas europeus, que se orgulham das suas origens e cantam a bravura dos seus heróis nacionais e a grandeza das suas pátrias⁶.

Os romances de cavalaria, os ciclos épicos, tinham contribuído para o conhecimento e divulgação do passado mítico-histórico da Antiguidade greco-latina. É sobretudo em França, berço da tradição novelística, e na corte de Borgonha – que mantém estreitas relações com a nação portuguesa – que este tipo de literatura conhece um rápido florescimento, por influência do humanismo italiano⁷.

Entre as traduções francesas quatrocentistas de obras históricas latinas, merecem uma referência especial aquelas que foram dignas de serem traduzidas em língua espanhola: estão neste caso a versão das *Anedotas Memoráveis* de Valério Máximo, iniciada por Simon Hesdin e concluída em 1401 por Nicolas de Gonesse, que foi traduzida para espanhol por Hugo de Urries, em 1467⁸; e ainda a tradução das *Décadas* (I; III; IV) de Tito Lívio, feita já com qualidade literária pelo beneditino Pierre de Bersuire, que foi vertida para espanhol por Pero Lopes de Ayala⁹.

Na corte de Borgonha, é significativo o labor do português Vasco de Lucena. A ele se deve a tradução francesa da *Ciropédia*, a partir da versão latina de Poggio¹⁰ e a *Histoire d'Alexandre*, traduzida de Quinto Cúrcio e

⁶ O orgulho das origens da nação portuguesa manifesta-se entre nós, no séc. XVI, em obras como o *De antiquitatibus Lusitaniae*, de André de Resende, que pretende provar, pelo recurso à ciência filológica, a dignidade da nação portuguesa, abundante em testemunhos da presença dos romanos; manifesta-se ainda na própria literatura cavaleiresca, ou antes, na sua reactualização paradigmática, como é o caso da *Crónica do Imperador Clarimundo*, de João de Barros.

⁷ Um interesse generalizado pela Antiguidade é alimentado por toda uma corrente de obras histórico-romanescas, em prosa, como as diferentes versões do *Romance de Alexandre*, do *Romance de Eneias*, do *Romance de Tróia*, do *Romance de Tebas*, da *História do Tosão de Ouro*, das *Histórias de Hércules*, ou em verso, como é o caso do poema *Trois grands*, que canta Alexandre, Pompeu e Carlos Magno. Vide M. AIMÉ PETIT, «La reine Camille de L'Eneide au Roman d'Eneas», in *Colloque: L'épopée greco-latine et ses prolongements européens* – Caliope II, ed. R. Chevalier, Paris, 1981, pp. 153-166; J. MONFRIN, «La connaissance de l'Antiquité et le problème de l'humanisme en langue vulgaire dans la France du XV^e siècle» in *The Late Middle Ages and the dawn of humanism outside Italy, Mediaevalia Lovaniensia, series I / studia I*, Leuven-The Hague, 1972, pp. 152-154; E. Faral, *Recherches sur les sources latines des contes romans courtois du Moyen-Âge*, Paris, 1967.

⁸ Vide J. MONFRIN, «Humanisme et traductions au Moyen-Âge» e «Las traducteurs et leur public en France au Moyen-Âge», in *L'humanisme médiéval dans les littératures romanes du XII^e au XIV^e siècle*, Paris, 1964, pp. 232-233 e 256.

⁹ Vide sobre a tradução de Tito Lívio por P. Bersuire o estudo de J. RYCHNER, «Observations sur la traduction de Tite-Live par Pierre Bersuire (1354-1356)», in *L'humanisme médiéval dans les littératures romanes du XII^e au XIV^e siècle*, Paris, 1964, pp. 167-193.

¹⁰ Vide o estudo de D. GALLET-GUERNE, *Vasque de Lucène et la Cyropédie à la cour de Bourgogne (1470). Le traité de Xénophon mis en Français d'après la version latine du Pogge*. Étude, édition des livres I e V. Genebra, 1974.

completada, nas lacunas do original, sobretudo pela *Vida de Alexandre* de Plutarco, segundo a versão latina de Guarino de Verona¹¹. É também, muito provavelmente, Vasco de Lucena o autor da *Vida e feitos de Júlio César*, tradução portuguesa de *Li fet des Romains*, oferecida antes de 1466 pela duquesa Isabel a seu sobrinho, o Condestável D. Pedro, pretendente ao trono de Aragão¹². Esta obra é uma exposição coerente da história de César, fundada em várias fontes, entre as quais se contam autores clássicos, como Suetónio, Salústio, Júlio César, Lucano¹³.

A par das traduções da produção histórica da Antiguidade clássica, a historiografia é um dos géneros que vai conhecer grande fortuna, nos alvares do Renascimento, ligada à exaltação das grandes casas e famílias principescas e seus actuais representantes. Panormita, Bartolomeo Facio, Pandolfo Collenuccio e outros autores escrevem obras históricas, que se assemelham em muito aos panegíricos do período imperial romano, ou aos *Specula principum* da tradição clássica e medieval¹⁴.

A renovação dos horizontes ideológicos, no que se refere ao reequacionamento da concepção de poder e do estado nos finais do séc. XIV, na Europa, vai favorecer a recepção dos modelos antigos e mesmo condicionar a orientação para a tratadística moral e histórica de incidência política.

Portugal não foi estranho a estas influências da Europa culta, dado o intercâmbio que com ela desde cedo estabeleceu. Quando o movimento humanista se iniciou em Itália ali se encontrava um escol português de eclesiásticos, ocupados na cúria, ou de estudantes que cursavam as universidades de Siena, Pádua, Pavia e Bolonha, famosas pelo estudo do direito. Apesar de já as cortes de 1473 se terem manifestado contra a manutenção de escolares, a migração não parou desde o tempo de D. João I.

A sociedade portuguesa, estruturada segundo o modelo da hierarquia eclesiástica, inicia uma *renouatio*, nos vários domínios da cultura, que pretendia garantir a consolidação da consciência nacional, de acordo com as

¹¹ Vide R. BOSSUAT, «Vasque de Lucène, traducteur de Quinte-Curce (1468)», *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance* 8 (1946), 197-246; *Idem*, «Les sources du Quinte-Curce de Vasque de Lucène», in *Mélanges Félix Grat*, I, Paris, 1946, pp. 345-356.

¹² É esta a opinião de M. HELENA MATEUS, *Vida e feitos de Júlio César*, ed. crítica da tradução portuguesa quatrocentista de «Le fet des Romains», Lisboa, 1971.

¹³ Vide J. MONFRIN, *La connaissance de L'Antiquité et le problème de l'humanisme*, cit., p. 136.

¹⁴ Os humanistas consideram a história não só uma disciplina com grande utilidade didáctica como ainda um manancial de *exempla*, que fornece uma variedade de ensinamentos quer a nível pessoal quer político, vide ERIC COCHRANE, *Historians and historiography in the Italian Renaissance*, Chicago, 1981, esp. pp. XVI e 3-159.

Sobre as obras históricas que glorificam, por exemplo, a dinastia aragonesa de Nápoles, tais como o *De Dictis et factis Alphonsi regis* e o *Liber rerum gestarum Ferdinandi regis*, ambos da autoria de Panormita, o *De rebus gestis ab Alphonso primo neapolitanorum rege* de Bartolomeo Facio e o *Compendio della storia del regno di Napoli* de Pandolfo Collenuccio, vide J. H. BENTLEY, *Politics and culture in Renaissance Naples*, Princeton, 1987, maxime, pp. 222 e sqq.

solitações do mundo civilizado de então. É precisamente neste contexto que se fazem traduções de autores antigos e se produz uma vasta obra histórica. Sem deixarmos de fazer referência às crónicas destinadas a relatar as proezas cavaleirescas e os feitos heróicos dos grandes senhores, como na *Crónica do Condestabre*¹⁵ e na *Crónica do Infante D. Fernando*, queremos sublinhar aqui o papel significativo da obra histórica, orientada no sentido da apologia real.

Fernão Lopes é mesmo o exemplo perfeito do historiador preocupado com a verdade dos factos, conciliada com o engrandecimento da dinastia de Avis e dos seus príncipes, ao serviço de quem põe o seu labor.

Lugar de destaque, neste particular, merece a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, escrita provavelmente em 1503, por encomenda de D. Manuel, e vertida para latim pelo Infante D. Duarte, o filho bastardo de D. João III, falecido em 1543, com 21 anos de idade. É uma obra política e um dos primeiros frutos da celebração da identidade histórica de Portugal. Grande foi a sua recepção no século XVI – no que toca sobretudo ao milagre de Ourique e à ideia de que Deus destinou Portugal –, apesar de humanistas como João de Barros, André de Resende, Damião de Góis terem desdenhado do seu estilo¹⁶.

Chegados à época em que a historiografia portuguesa atinge o seu maior fulgor, como género literário, é altura de analisarmos o conceito de história dos nossos escritores, sua evolução, o afloramento de novas tendências e interpretações, a multiplicidade de motivos e componentes que, na sua diversidade e complementaridade, definem a mentalidade humanista.

Referência perene para os escritores de Quinhentos é a literatura e a historiografia da Antiguidade clássica. A história antiga, pode afirmar-se, condiciona a arte do discurso histórico, é ponto de referência da exaltação épica das glórias nacionais, é disciplina formativa do carácter e repositório de paradigmas, que merece ser objecto de especulação teórica, é manancial de *exempla* que informam a tradição retórica, é base e fundamento de novos horizontes científicos, é enfim suporte de novos modelos ideológicos e da formulação política em termos modernos.

¹⁵ O interesse pelas crónicas antigas é uma faceta dos humanistas. João Fernandes, apesar de sevilhano, desde cedo se interessou pelas crónicas dos antigos reis lusitanos e traduziu para latim a *Crónica do Condestável*. Vide JOÃO FERNANDES, *A oração sobre a fama da Universidade* (1548), prefácio, introdução, tradução e notas de J. Alves Osório, Coimbra, 1967, p. 41.

¹⁶ Vide JEAN AUBIN, «Duarte Galvão», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. IX (*Homenagem a Marcel Bataillon*), Paris, 1975, pp. 60-68.

Foi Duarte Galvão um dos principais defensores da visão «imperial» da monarquia portuguesa. A raiz húngara da linhagem dos reis portugueses, que figura na *Crónica do Imperador Clarimundo*, de João de Barros, editada em Lisboa em 1522 e de novo em 1555, em Coimbra, nos prelos de João Barreira, prende-se também com a ideia de que os nossos reis se deviam considerar como os verdadeiros herdeiros da monarquia visigótica. Cf. LUÍS FILIPE THOMAZ, «L'idée impériale Manuéline», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe*, Paris, 1990, pp. 35 e sqq.

Impõe-se uma sucinta abordagem de cada um destes aspectos, no que se refere sobretudo à realidade portuguesa.

A arte de escrever história define-se desde Fernão Lopes dentro de postulados que pertencem à tradição clássica; a preocupação de verdade e de imparcialidade na utilização das provas, que o nosso cronista sublinha¹⁷, define-se como condição indispensável à concepção de história desde o séc. V a. C. com a obra de Tucídides.

Fiéis ao modelo de Tucídides são os escritores latinos Cícero e Salústio e a historiografia em geral. Cícero, em várias das suas obras, no *De oratore* (2.62), no *De inuentione* (1.27) e no *De republica* (2.10, 18-19) preocupa-se em distinguir a lenda da história. Não é por demais lembrar que o *De oratore* tinha sido descoberto juntamente com o *Brutus* e o *Orator* em 1421 e que no ano anterior parte do *De inuentione* tinha sido traduzido por D. Alonso García de Cartagena, bispo de Burgos, para o nosso rei D. Duarte.

Aliás surge já da pena do nosso cronista a definição de história: «a estória ha de seer luz da uerdade e testemunha dos antigos tempos»¹⁸, expressão que traduz a ciceroniana: «Historia testis temporum, lux ueritatis.»¹⁹

A técnica narrativa, em que o gosto do pormenor fornece uma pintura fiel da realidade da época e dos seus heróis, caracterizados em acção, tem as suas raízes últimas em Tucídides, muito embora Fernão Lopes a tenha colhido muito provavelmente na literatura novelística, que privilegiava a vivacidade e intensidade dramáticas e valorizava o discurso oral²⁰. Este processo narrativo, que faculta a observação das atitudes e comportamentos das personagens²¹, permite transmitir uma lição implícita nos próprios acontecimentos, uma das funções primordiais da história antiga no humanismo renascentista.

A preocupação formal, que caracteriza os autores do Renascimento, já se prenuncia em Fernão Lopes – a ajuizarmos pelo prólogo que abre a

¹⁷ Exemplificativo, neste sentido, é o prólogo que introduz a *Crónica de D. João I*. A par das fontes narrativas, Fernão Lopes utiliza também fontes de natureza diplomática e arquivística, muito embora assumida uma determinada visão dos acontecimentos, que é a que transmite. Assim, a sua história, embora sem «objectividade gnoseológica», apresenta-nos sempre os factos pelo menos «tendencialmente verdadeiros». Sobre os processos de trabalho e de produção historiográfica em Fernão Lopes, vide JOÃO GOUVEIA MONTEIRO, *Fernão Lopes. Texto e contexto*, Coimbra, 1988, pp. 85-90. Vide ainda P. E. RUSSEL, *As fontes de Fernão Lopes*, trad. port., Coimbra, 1941.

¹⁸ Vide *Crónica del Rei dom João I da boa memória*, por Fernão Lopes, Lisboa, 1977 (I parte), 1968 (II Parte). O passo transcrito figura na II parte, cap. 37, p. 83.

¹⁹ Cícero, *De oratore*, 2.9.36. Cf. *infra*, n. 30.

²⁰ Vide D. M. ATKINSON, «O estilo narrativo de Fernão Lopes», *Ocidente* 72 (1962) 255-230; Mário Martins, «Frasas de orientação nos romances arturianos e em Fernão Lopes», *Itinerarium*, ano XXIII, n.º 95 (1977) 3-24.

²¹ Quando o autor dá a palavra às personagens do mundo por ele narrativizado, adopta a forma «mais mimérica» do discurso, no dizer de G. GENETTE, *Discurso da narrativa*, Lisboa, 1979, p. 170.

Crónica de D. João I, onde previne os seus leitores de que não busquem «fremosura e novidade de pallavras» pois «nos», afirmava, «leixados os compostos e afeitados rrazoamentos, que muito deleitom aquelles que ouvem, amtepoemos a simprez verdade, que a afremosemtada falssidade»²².

Após estas considerações, é conveniente referir que Fernão Lopes deveria conhecer os autores clássicos, quer no original quer em tradução, que se encontravam representados na biblioteca do rei D. Duarte²³. Nas suas crónicas, há citações de Tito Lívio, Cícero, Ovídio e daquele «claro lume de Filosofia», Aristóteles, a par de Santo Agostinho, Eusébio de Cesareia e Beda, grandes expoentes do pensamento medieval, iluminado pelo saber clássico. Pero Lopes de Ayala, o já referido tradutor das *Décadas* de Tito Lívio, a partir da versão francesa de Pierre de Bersuire, é uma das fontes históricas do nosso cronista. Não pretendemos com isto considerar Fernão Lopes um historiador humanista, enquadrado que está ainda na mundividência medieval²⁴, mas tão-somente chamar a atenção para certas particularidades da sua forma de escrever, que anunciam já uma fina sensibilidade para certos motivos e valores, que vão informar o discurso histórico humanista.

Uma nítida evolução se vai fazer sentir na arte de escrever história²⁵, condicionada sobretudo pelas novas exigências impostas pela realidade portuguesa e pela progressiva assimilação dos modelos clássicos. Manifestam-se então, entre os humanistas, preocupações literárias, no que respeita à obra histórica, definida por Cícero como «opus oratorium»²⁶.

João de Barros, no prólogo da sua *Década III* – em que denuncia o gosto nacional pela história da Antiguidade Clássica²⁷ –, pronuncia-se, nestes termos, sobre a importância da forma e do estilo na arte de narrar: «tem tanto poder a força da eloquência, que mais doce, e accepta he na orelha, e no animo huma fabula composta com decoro, que lhe convem, que huma verdade sem ordem, e sem ornato, que he a forma natural della»²⁸.

²² Vide *Crónica del Rei dom João I*, ed. cit., I parte, p. 2.

²³ Vide a relação dos livros da biblioteca de D. Duarte: *Memória dos livros de uso del Rey D. Duarte*, in D. António Caetano de Sousa, *Provas da história genealógica da casa real portuguesa*, tomo I, livro III, Coimbra, 1947, pp. 257-259.

²⁴ A este propósito, vide ALBIN E. BEAU, «A preocupação literária de Fernão Lopes», in *Estudos*, I, Coimbra, 1959, pp. 36-37; MÁRIO MARTINS, *A Bíblia na literatura medieval portuguesa*, Lisboa, 1979, pp. 75-80.

²⁵ Vide J. BORGES DE MACEDO, «Damião de Góis et l'historiographie portugaise», in *Damião de Góis humaniste européen*, Paris, 1982, pp. 55-243.

²⁶ CÍCERO, *De legibus*, 1.5. Sobre o estilo requerido para a história, vide as considerações feitas por Cícero no *Orator*, 42; 66; 124.

²⁷ Vide a edição anastática (da de Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777), Lisboa, 1973, prólogo, sem numeração de páginas: «Quem quizer passar dos exemplos de casa, e dos vizinhos, tem a Historia Romana, Grega, e toda a outra, ainda que dos barbaros seja, porque não reprovamos estas em mais, que na precedencia de as antepôrem às naturaes, e familiares de casa».

²⁸ *Ibidem*.

Mas é a Damião de Góis, no prólogo da sua *Crónica do Príncipe D. João*, que se deve a definição humanista do estilo histórico: «& muito mais se tratta de feitos de Reis, & grandes senhores, porque nestes se requiere alto stylo descrever, grãde ornamento de lingoagem, sutil & discreto artificio rhetorico». É que, prossegue: «ha história tẽ em si tãta magestade, q̃ nella se nam pode sofrer palaura nenhũa que no lugar em que se poẽ nam traga consigo grauidade, honestidade & autoridade, às quaes leis & jugo a q̃ ho stylo histórico está sugeito, & de q̃ cõ razam nam pode sair.»²⁹

Além da definição de história em termos estéticos, uma outra componente se afirma: a concepção valorativa e paradigmática da história, sintetizada de forma eloquente no *De oratore* de Cícero³⁰ e abordada no prefácio de *Ab urbe condita* de Tito Lívio³¹, que caminha de par com a preocupação da verdade, desde os primórdios da historiografia portuguesa.

A concepção da história como escola de virtudes, presente já na *Crónica do Condestable*, em Fernão Lopes, em Azurara e Rui de Pina³² tem o seu representante máximo, no humanismo renascentista, na historiografia de João de Barros³³. É sobretudo no prólogo da Década III que o historiador

²⁹ Vide o Prólogo anteposto à *Chronica do Príncipe Dom Ioam* por Damiam de Goes, Coimbra, 1905, p. 1. Damião de Góis tece também considerações desta natureza na *Crónica do Felicissimo rei D. Manuel* (2 vols., Coimbra, 1494 e 1954), vol. II, Parte IV, cap. 38, p. 105. Pronuncia-se ainda sobre a arte de escrever história e o «ofício» do historiador na *Urbis Olisiponis descriptio*: para que a história seja «imparcial e completa», quem se dedique a escrevê-la necessita de estar liberto de outras ocupações, para ter paz de espírito, e necessita ainda do favor e auxílio dos Príncipes, que premeiem o seu trabalho e a sua arte. Cf. *Lisboa de Quinhentos. Descrição de Lisboa*. Texto latino de Damião de Góis e tradução de Raul Machado, Lisboa, 1937, pp. 15-16.

³⁰ CÍCERO, *De oratore*, 2.9.36: *Historia uero testis temporum, lux ueritatis, uita memoriae, magistra uitae, nuntia uetustatis*.

Em vários outros passos da sua obra, Cícero explicita o valor da história dentro destes parâmetros: o conhecimento da história é necessário ao orador e ao homem de estado (*De legibus*, 3.41; *De oratore*, 1.18; 1.159; 1.201), é necessário ao aperfeiçoamento moral (*Pro Archia*, 14-15; *Por Sestio*, 48; *De finibus*, 5.64).

³¹ Neste prefácio, Tito Lívio apresenta a sua história, *Ab urbe condita*, como uma obra concebida com arte literária, com um alcance moral e nacional.

³² Vide *Chronica do Condestable de Portugal Dom Nuno de Álvares Pereira*, ed. de Mendes dos Remédios, Coimbra, 1911, p. 1; FERNÃO LOPES, e.g. *Crónica del Rei dom João I*, ed. cit., I parte, cap. 164, p. 309; II parte, cap. 98, pp. 211-212; GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, ed. Esteves Pereira, Coimbra, 1915, cap. 38, p. 117; FR. JOÃO ÁLVARES, *Trautado da vida e feitos do muito venturoso S.º Infante D. Fernando*, ed. crítica, com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, 1960, p. 4; RUI DE PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, cap. XV, in *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, 1977, p. 522.

³³ Estas são palavras de João de Barros, no *Prólogo* da Década III: «E como a Historia he hum agro, e campo, onde está semeada toda a doutrina Divina, Moral, Racional, e Instrumental, quem pastar o seu fruto, convertello-ha em forças de entendimento, e memoria para uso de justa, e perfeita vida.» Não é de estranhar, por isso, que, na obra de Barros, tenham colhido matéria Giovanni Botero, para a sua colectânea de *Apoftegmas* e Fernando Alvã de Castro

moralista, para quem «a Historia he hum esptador do entendimento», revela os seus propósitos e métodos.

Serve-se dos autores clássicos e dos modernos tais como Paulo Jóvio e António de Nebrija para explicitar o seu conceito de história e a arte de a escrever. A preocupação da verdade não deve sobrepor-se à exemplaridade dos feitos, seu principal objectivo.

Não quer isto dizer que a obra de João de Barros falseie a verdade, ou que nela não se formulem críticas, mas apenas que a sua atitude epistemológica na seriação e apresentação dos factos é tipicamente humanista, com raízes em Petrarca e Lorenzo Valla, que subordinam a cultura à moral³⁴.

Esta ênfase, posta por Barros, no modelo paradigmático da história, cede lugar, em outros autores, ao papel que nela assume a expressão da verdade. Segundo Damião de Góis, «ho mais substancial que no screuer das Chronicas se requiere», «hé com uerdade dar a cada ã ho louuor ou reprehensam que mereçe»³⁵. Perfilham a ideia de Góis outros historiadores da gesta lusitana contemporânea, tais como Fernão Lopes de Castanheda, Diogo de Couto, Gaspar Correia, que tiveram, como ele, as suas obras embargadas e alvo de censura. Apesar disso, o enaltecimento da figura do rei e seus cometimentos torna-se uma constante da historiografia portuguesa desta época, que era essencialmente nacional e dinástica e atribuía a maior importância aos triunfos militares e à coragem de um povo nas remotas paragens onde se estendia o império.

No plano referencial, a obra histórica assemelha-se à literatura de carácter doutrinário-moral e político, que é vulgarmente designada por tratados de educação de príncipes.

Na sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, Castanheda, por exemplo, dirige os prólogos antepostos aos livros I a IV aos soberanos e príncipes da casa real «pera quem parece que em especial se fez a história»³⁶.

Já Rui de Pina, no prólogo que antece a sua crónica do rei D. Duarte, se pronuncia em termos semelhantes³⁷. Aliás, esta ideia surge a cada passo,

para os seus *Aphorismos y exemplos politicos e militares*, tão ao gosto da sensibilidade de finais do séc. XVI, início do XVII.

Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Humanismo e História: *ars scribendi* e valor do paradigma», in *Máthesis* 1 (1992), 153-169.

³⁴ Vide PETRARCA, *De sui ipsius et multorum ignorantia* (1367), trad. de J. Bertrand, *Sur ma propre ignorance...*, Paris, 1929, pp. 60-65; 85; L. VALLA, *Dialecticae disputationes*, I, 10, Basileae, 1543, p. 664. A este propósito, vide G. RADETTI, «La religione di Lorenzo Valla», *Medioevo e Rinascimento* 2 (1955), 609.

³⁵ Vide o *Prólogo* anteposto à *Crónica do Felicissimo rei D. Manuel*, ed. cit., vol. I, p. 2.

³⁶ Vide *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, por Fernão Lopes de Castanheda (livros I-IV). Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, 1979: *Prólogo* do Livro I, dirigido ao rei D. João III, p. 3.

³⁷ Vide ed. cit., pp. 487-488: «a doutrina hystorial, polo grande provimento dos verdadeiros enxemplos passados que consigo teem, he assi doce e conforme a toda a humanidade [...]

quer nos prólogos quer nas dedicatórias de traduções de obras históricas, de autores antigos ou contemporâneos. É o caso da *Histoire de Portugal* de Simon Goulard, que é, nos primeiros doze livros, a tradução do *De rebus Emmanuelis gestis* de D. Jerónimo Osório e, nos oito restantes, uma tradução da *História* de Castanheda. Nas palavras que a introduzem, Simon Goulard esforça-se por demonstrar que a história de Portugal, agora apresentada a público, favorece o amor pela virtude, o ódio do vício, aprofunda o conhecimento do homem e dá lições de prudência política e militar. Se assim não fosse, de nada lhe valeria tê-la traduzido³⁸.

Numa época em que o regalismo se começava a afirmar, por influência do direito romano, e abria caminho à teoria da soberania de estado, formulada por Jean Bodin, nos seus *Six livres de la république*, o posicionamento doutrinário, adoptado pelo enunciador do discurso histórico, propiciava certas relações conceptuais entre a obra histórica e os tratados de parénesis e política.

O elogio da figura do rei, suas virtudes e acções, de que o *Panegírico de D. João III* de João de Barros – elaborado por inspiração do panegírico de Trajano de Plínio-o-Jovem – é um exemplo acabado, dá lugar, na historiografia portuguesa, ao olhar planetário que as grandes descobertas e o desenvolvimento científico vieram proporcionar.

A exaltante atmosfera moral, aliada à consciência da hiperidentidade que caracteriza os homens de Quinhentos, transparece na prosa histórica em vulgar e em latim. Ganha forma a história monográfica – que empenhou humanistas como Diogo de Teive e Damião de Góis – onde se relatam episódios em que o sensacionalismo tem um lugar de relevo.

No seu *Commentarius de rebus a Lusitano in India apud Dium gestis*, exalta Teive os feitos dos portugueses no cerco de Diu de 1546. Começava agora, como o declara na dedicatória a D. João III, a dar realidade à vasta obra que pretendia escrever sobre a expansão portuguesa, de que este opúsculo deveria tornar-se um capítulo³⁹. Pretendia Teive perpetuar a glória lusa na guerra travada contra o sultão de Cambaia, Mamude, e os seus generais Cogeçafar e Rumecão, e apresentar na imortal língua latina, às gerações vindouras, o valor militar dos homens da sua época. Teive, à maneira clássica, regista as falas das personagens intervenientes, dá-lhes voz⁴⁰, e,

a invenção e cuidado deste Officio d'escrèpver de huma onestidade, e razam a quaaesquer boões, e vertuosos por seu galardam se possa atribuyr, ainda por huã outra spicialidade d'obrigatorios exemplos, e singulares merecimentos, aos Reys, e Principes mais propriamente se deve».

³⁸ Vide o texto transcrito por PIERRE VILLEY, *Les Souces d'idées*, cit., pp. 46-49.

³⁹ DIDACI TEVII, *Commentarius de rebus a Lusitano in India apud Dium gestis*, anno, salutis nostrae, MDXLVI: Quapropter, ut ante dixi [...] hunc; *Commentarium, meorum ueluti laborum primitias, tibi dedicandum censui: idem facturum in iniuersa rerum Lusitanicarum historia*.

⁴⁰ É este um processo que caracteriza a prosa histórica, desde os autores gregos do séc. V. Dioniso de Halicarnasso vai debruçar-se, no seu *Ad Pompeium Geminum* 18 (776), sobre a *mimesis*, «a imitação de caracteres e emoções», que considera uma das qualidades do estilo

para tornar imparcial a sua narrativa histórica, apresenta muitas vezes os factos em alternativa hipotética.

Damião de Góis, com igual intenção de exaltar a expansão ultramarina, escreve sobre o mesmo assunto o seu *De bello Cambaico ultimo commentarii tres* (1549), que dedica ao Infante D. Luís, nestes termos: os feitos da nossa gente são tão notáveis «ut si denuo Homerus exsurgeret, posset non incommode ex Rebus Lusitanicis, et Illiados et Odisseae argumentum non fabulose, sed ex uero componere»⁴¹.

Nas suas obras latinas, desde a *Hispania* ou a *Urbis Olisiponi descriptio* aos relatos do cerco de Diu, procura Góis divulgar o renome do seu país. A mesma intenção do humanista preside às obras *Fides, religio moresque Aethiopum* e *Deploratio Lappianae gentis*, que evidenciam a real dimensão da universalidade e diversidade do homem e recordam a necessidade da evangelização pacífica. São sobretudo estas obras, corroboradas pela sua correspondência, que tornam conhecida, por vezes com um sensacionalismo quase jornalístico, os feitos dos portugueses e os seus interesses temporais e espirituais⁴².

O motivo da exaltação épica das glórias nacionais, que torna a história próxima da epopeia, é também de inspiração clássica. Neste particular, serve de modelo Tito Lívio – o título das *Décadas* de Barros o comprova – que se aproxima tanto da *Eneida* de Virgílio⁴³ como a obra histórica quinhentista da epopeia Camoniana.

Do ponto de vista semântico-conceptual, o louvor das glórias lusas tem por referência os feitos de gregos e romanos. Esta evocação da alteridade pelo processo da inversão, muito frequente no estilo e expressão colorida de Heródoto⁴⁴, funciona como princípio heurístico e concorre para a elaboração

da prosa histórica. Em seu entender, Heródoto era superior na imitação dos caracteres e Tucídides na imitação das emoções.

Também Longino, no seu tratado *Do Sublime* 22.1 fala da mimese, como termo da teoria da história, com referência a Heródoto e a Tucídides. Segundo Longino, «a imitação dos efeitos da natureza» foram conseguidos por estes historiadores clássicos, que imitaram o homem na sua acção real e adaptaram a sua linguagem aos caracteres e emoções individuais.

A este propósito, vide o bem documentado artigo de VIVIENNE GRAY, «Mimesis in Greek historical theory», *American journal of philology* 108 (1987), 467-486.

⁴¹ Vide ed. de Lovaina de 1549: «Serenissimo Principi Ludouico Lusitaniae Infanti, Damianus Goes, S. D. P.»

⁴² Vide, a este propósito, J. ALVES OSÓRIO, «Em torno do humanismo de Damião de Góis: a divulgação dos opúsculos através da correspondência latina», in *Annali dell'Istituto Universitario Orientale* (Sezione Romanza) 18, 2 (1976), 297-342; J. BORGES DE MACEDO, «Damião de Góis...», cit., cap. III, «Les récits d'actualité», pp. 133 e sqq.

⁴³ Sobre a proximidade da obra de Tito Lívio – tem sido notada a cor poética do estilo do historiador, sobretudo nos primeiros livros – e da *Eneida* de Virgílio, vide A. ROSTAGNI, *Da Lívio a Virgílio e da Virgílio a Lívio*, Pádua, 1942; P. G. WALSH, *Livy; his historical aims and methods*, Cambridge, 1961, pp. 136-137 e pp. 245-270.

⁴⁴ Vide FRANÇOIS HARTOG, *Le Miroir d'Hérodote. Essai sur la représentation de l'autre*, Paris, 1980, cap. I, «Une rhétorique de l'altérité», pp. 225-237.

de uma representação do mundo: os portugueses são superiores aos antigos pela sua missão evangelizadora, pela propagação da fé, que os anima.

Já na crónica sobre a tomada de Ceuta, o *De bello Septensi*, o primeiro texto que divulga em latim a gesta portuguesa, Mateus de Pisano, ao iniciar a descrição dos feitos «tamanhos que a custo os haverá por verdadeiros quem pretenda aferir-lhes a grandeza pelos recursos de que dispõe tal povo», invoca a gesta de gregos e romanos, que tiveram também quem os cantasse⁴⁵. A mesma ideia surge na oração proferida pelo Conde de Alcoutim, D. Pedro de Meneses, a 18 de Outubro de 1504, na abertura solene das aulas na Universidade; em carta dirigida por Cataldo ao rei D. Manuel, onde transparece o universo épico que Camões traduziu em plenitude⁴⁶; na epístola dedicatória do *Comentário ao Prólogo da «História Natural»* de Plínio-o-Velho, que Martinho de Figueiredo dirige a D. João III, onde invoca o conhecido passo do *Pro Archia* (10.24), que inspirou também o final d'*Os Lusíadas*⁴⁷.

Se a expressão do ideal heróico se vislumbra entre nós, desde tempos recuados, já nas orações de obediência proferidas perante a Santa Sé por um D. Garcia de Meneses em 1481⁴⁸ ou por um Dr. Vasco Fernandes de Lucena em 1485 ou ainda por um Diogo Pacheco em 1515⁴⁹, não é menos verdade que o paralelismo com os valores e os heróis paradigmáticos da Antiguidade se torna um verdadeiro *topos* no nosso humanismo, tanto nas obras em prosa como na poesia.

É que a poesia, mais universal do que a história, segundo a definição de Aristóteles⁵⁰, exprime muitas vezes, entre nós, nesta época, a essência extraída dos ensinamentos da história.

⁴⁵ Cf. a tradução por Roberto Corrêa Pinto, publicada pela Academia das Ciências de Lisboa, em edição da Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915, com o título *Livro da guerra de Ceuta*, p. 3.

⁴⁶ Vide para estas obras e sua análise, os estudos de AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, *Estudos sobre o século XVI*, Paris, 1980, pp. 7-8; *Estudos Camonianos*, Lisboa, 1980, pp. 7-8; *Epistolae et orationes* de Cataldo Parísio Sículo, edição fac-similada com introdução, Coimbra, 1988, p. 18.

⁴⁷ Cf. AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, *Latim Renascentista em Portugal (antologia)*, Coimbra, 1985, p. 145:

«Resta-me agora, Rei sapientíssimo, pedir-vos que não deixeis perecer a memória de tão grandes acontecimentos. [...] E para tão grande e tão preclara empresa devem buscar-se, de entre eles os mais idóneos por doutrina e eloquência, arautos que façam de vós um motivo de inveja, como de Alexandre Magno se diz ter sido Aquiles.»

⁴⁸ Vide a oração latina e tradução portuguesa de A. Costa Ramalho, *ibidem*, pp. 2-25.

⁴⁹ Vide *The obedience of a king of Portugal*, translated, with commentary by Francis M. Rogers, University of Minnesota Press, Mineápolis, 1958, p. 105.

⁵⁰ Aristóteles, *Poética*, 1451 a 36-1451 b 10.

Quintiliano, dentro da tradição primitiva de uma histórica heróica, afirma na *Institutio Oratoria* (10.1.31) que a história está muito próxima da poesia e que aquela é uma forma de poema em prosa.

Provam-no, de forma admirável *Os Lusíadas*⁵¹ ou ainda o poema do *Sucesso do segundo cerco de Diu* de Jerónimo Corte-Real, publicado em 1574. Na carta ao leitor, que precede este poema, os feitos dos antigos, celebrados em prosa e em verso por Salústio, Tito Lívio, Lucano, Homero, Virgílio são postos a par da gesta da sua pátria, que ele deseja ver engrandecida⁵². O poema, repassado de elementos mitológicos, mais enunciativos do que descritivos – que surgem, por vezes, em forma de metáforas e comparações –, conferem dignidade às façanhas dos portugueses, que a «Fé Sagrada» anima⁵³.

Um outro domínio a aludir é a reflexão teórica sobre a história e o seu papel no Renascimento. As considerações sobre a importância da história remontam às origens do próprio humanismo⁵⁴. Petrarca, no prefácio do seu tratado *De uiris illustribus*, e Guarino de Verona, no prólogo à sua tradução de Valério Máximo, atribuem um valor paradigmático à história e consideram-na um guia de conduta. A mesma leitura, no que toca apenas à história grega, é feita também no século XV pelo platónico Gemisto Pleton, no seu *De gestis graecorum*⁵⁵.

Nesta linha se insere também o *Epitome historiarum* de Rudolfo Agrícola, elaborado segundo o espírito que Cícero sintetiza no célebre passo do *De oratore* (2.9.36).

De par com esta componente ética, se definem, ainda por inspiração de Cícero e Quintiliano⁵⁶, as dimensões retórica e pedagógica da história, sobretudo a partir das obras *De inuentione dialectica* e *De formando studio* de Agrícola, grande mestre de Erasmo e do humanismo literário em geral⁵⁷.

Erasmo, no *De copia uerborum ac rerum* (1512), apoiado também nestes dois autores latinos, debruça-se sobre o papel dos lugares comuns e dos *exempla*, utilizados pela *inuentione* retórica. Estes recursos, colhidos sobretudo

⁵¹ Vide a este propósito, J. BORGES DE MACEDO, «História e doutrina do poder n'*Os Lusíadas*», in *Garcia de Orta*, n.º especial comemorativo do IV Centenário da publicação de *Os Lusíadas* (1972) 349-373 (reeditado em *Os Lusíadas e a história*, Lisboa, 1979).

⁵² *Obras de Jerónimo Corte Real*, Introdução e revisão de M. LOPES DE ALMEIDA, Porto, 1979, pp. 15-17.

⁵³ Vide a invocação do poema, *ibidem*, pp. 21-22.

⁵⁴ Vide K. FERGUSON, *The Renaissance in historical thought, five centuries of interpretation*, Boston, 1948; DENYS HAY, *The Italian Renaissance in its historical background*, Cambridge, 1961.

⁵⁵ Vide a transcrição de número significativo de passos destas obras, no artigo de E. KESSLER, «Agricola und die Geschichte», in *Rodolphus Agricola Phrisius (1444-1485)*, cit., pp. 58-78.

⁵⁶ Sobre Cícero, cf. *supra* n. 30. Quintiliano (*Inst. Orat.* 10.1.20-26) aconselha o jovem orador a ler, para sua formação, os oradores, os historiadores e os filósofos. É neste capítulo I do livro X que Quintiliano estabelece as ligações culturais entre a história e a eloquência. Vide, a este propósito, J. COUSIN, *Études sur Quintilien*, Amesterdão, 1967, pp. 576 e 582.

⁵⁷ Vide E. KESSLER, *ibidem*, pp. 65 e sqq.; LISA JARDINE, «Distinctive discipline: Rudolph Agricola's influence on methodical thinking, in the Humanities», in *Rodolphus Agricola Phrisius (1444-1485)*, cit., pp. 38-57. Cf. *supra* n. 2.

nas obras históricas da antiguidade, informam também a *res* dos *Adágios*, dos *Apotegmas* e das *Parábolas* do humanista de Roterdão⁵⁸.

No que toca, em particular, às preferências de Erasmo sobre o estilo e a arte de escrever dos historiadores clássicos, encontra-se no *Ecclesiastes* a recomendação, feita ao futuro pregador, de que, para formar o seu estilo, deve estudar Tácito⁵⁹. Este, embora *duriusculus*, é agudo e abundante no seu discurso – *in orationibus acutus et copiosus*. Não é para admirar tal apreço sobre a agudeza de Tácito, se reflectirmos sobre a arte de escrever do próprio Erasmo.

No que se refere ainda à história e à sua dimensão retórica, é de interesse referir que Lorenzo Gambaro, no seu *Tractatio de perfectae poeseos ratione*, de 1576, ao aludir ao papel da história na *inuentio* humanista, põe em destaque a obra histórica de D. Jerónimo Osório – o seu *De rebus Emmanuelis gestis* – e explicita o seu valor moral⁶⁰.

Em Portugal, a reflexão sobre o papel da história insere-se nesta linha de feição tipicamente humanista. Apesar de não haver nenhum tratado sistemático sobre este assunto⁶¹, historiadores, autores de panegíricos, de orações de sapiência, de tratados pedagógicos, de parénese e pedagogia política, todos repetem o valor moral do exemplo histórico⁶². Além disso,

⁵⁸ Vide o desenvolvimento desta temática em J. CHOMARAT, *Grammaire et rhétorique chez Erasme*, II, Paris, 1981, pp. 747-757.

⁵⁹ Erasmi Desiderii *Opera omnia* (in decem tomos distincta). Recognovit Ioannes Clericus, Leiden, 1703. Unveränderter reprographischer Nachdruck. Hildesheim, 1961-1962 [cit. *LB*]: V, 856 E.

⁶⁰ Vide BERNARD WEINBERG, *Trattati di poetica e retorica del Cinquecento*, a cura di..., vol. III, Bari, 1972, p. 232: «Sed et postea consecuta sunt praeclarissima hominum gesta, quibus divina dextera usa est vel in Galiis, Germania, Anglia, Hispanis, Indiis [Osorius de rebus Indicis orientis et alii], ad fidem convertendis uel ad Hierosolimam recipiendam et ad belli sacri expeditionem, in quo praeclarissimi imperatores extiterunt. Quorum historiae et poemata si in scholis publice ac privatim legerentur, maximum ad christianam rempublicam commodum et pietatis robur accederet.»

⁶¹ A este propósito, vide J. BORGES DE MACEDO, «Damião de Góis...», cit., p. 98.

⁶² Entre os historiadores, é exemplo acabado João de Barros, não só nas *Décadas*, como nos *Panegíricos* de D. João III e da Infanta D. Maria ou ainda na *Crónica do Imperador Clarimundo*. Damião de Góis tece considerações sobre o valor da história, como já referimos, no seu opúsculo *Urbis Olisiponis descriptio*, de 1554.

Para além da produção literária dos historiadores quinhentistas, são feitas considerações sobre a história, nas mais variadas obras: o passo do *De oratore* (2.9.36) de Cícero é transcrito na oração latina *Em louvor de todas as artes e ciência*, de Pedro Fernandes, quando se pronuncia sobre a história (Petri Ferdinandis in doctrinam scientiarumque omnium commendationem oratio apud uniuersam Conimbricam Academiam habita Calen. Octobr. Anno 1550. Sobre esta oração, vide o estudo de M. MANUELA P. PINTO ALVELOS, *oração de Pedro Fernandes em louvor de todas as artes e ciências*, Coimbra, 1965, tese de licenciatura dactilografada, p. 112).

Em língua portuguesa surge da pena de FR. HEITOR PINTO, na *Imagem da Vida Cristã*, no cap. XIX do *Diálogo dos verdadeiros e falsos bens*: «A história, como diz Marco Túlio no segundo *De oratore*, é testemunho dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da antiguidade. Todo o homem que quiser saber cousas notáveis, e acaçadar o engenho,

estes últimos incluem na *ratio studiorum*, que propõem, a história como disciplina formativa do carácter e repositório de argumentos, indispensável à arte de bem falar, à *eloquentia*, que distingue o *homo urbanus* do Renascimento. É esta a posição assumida por Diogo de Teive e D. Jerónimo Osório, para falarmos apenas de dois pedagogos humanistas, representativos do pensamento histórico entre nós.

Nestes termos se pronuncia Teive, na *Institutio Sebastiani primi*, em tradução de Francisco de Andrade: «Natureza he da historia com grão gosto / / Animos recrear, e entendimentos / E ensinar a fugir dos máos costumes / seguir os que são bons. A qual por isso se chama com razão Mestra da vida.»⁶³

Noutros passos, sublinha ainda o humanista bracarense o papel que deve desempenhar na instrução e educação integral do jovem príncipe⁶⁴.

Jerónimo Osório, no seu extenso tratado, em diálogo, *De regis institutione et disciplina*, põe na boca de Lourenço Pires de Távora a defesa da educação cavaleiresca, das armas em detrimento das letras. O ensino do príncipe devia fazer-se sobretudo pelo recurso ao exemplo e estímulo, colhidos nos feitos gloriosos, praticados pelos antepassados da história de Portugal (I.276.33-42)⁶⁵. A sua preparação literária deveria resumir-se a aprender a ler e a escrever e, pormenor de interesse, a conhecer os poetas latinos e a história romana, para não ser considerado completamente ignorante nestas matérias, de todos conhecidas⁶⁶.

Esta argumentação, a iniciar o tratado, dará lugar, logo de seguida, à proposta de uma educação integral: o rei deve ser instruído *palaestra et litteris et religione*.

O plano de estudos que propõe, que se estende de finais do livro IV a cerca de metade do livro V (I.382.58-404.6), inclui as tradicionais disciplinas do *triuuium* e do *quadriuium* e ainda a história, a poesia, a pintura, a escultura, o desenho, num programa verdadeiramente humanista⁶⁷.

e limar o juízo, e refinar o entendimento, e saber grandes avisos e adquirir muita prudência, para se governar a si e aos outros, seja lido nas histórias» (cf. edição com prefácio e notas de M. Alves Correia, Lisboa, 1941, vol. IV, p. 261).

⁶³ Vide DIOGO DE TEIVE, *Epodos que conte'm sentenças úteis a todos os homens, A's quaes se acrescentão Regras para a Boa educação de hum principe*. Trad. no vulgar em verso solto por Francisco de Andrade (conforme à ed. de Lisboa, 1565), Lisboa, 1786, p. 158.

⁶⁴ *Ibidem*, e.g., pp. 123-125; 137-141.

⁶⁵ HIERONYMI OSORII LUSITANI, Episcopi Algarbiensis *Opera omnia*, Hieronymi Osorii nepotis Canonici Eborensis diligentia. In unum collecta, et in Quattuor uolumina distributa. Ad Philippum I Portugaliae regem inuictissimum. Romae, Ex Bibliotheca Georgij Ferrarij MDXCII. A indicação dos passos comporta o número do tomo, seguido do da coluna e das respectivas linhas.

⁶⁶ *Ibidem*, I.276.58-62: «Quod uero ad litteras attinet, legere, et scribere sciat, et aliqua ex parte Latinos poetas, et Romanam historiam attingat; ne omnino rerum earum, quae sunt omnibus peruulgatae, rudis existimetur.»

⁶⁷ Sobre a importância que assume no humanismo renascentista um *curriculum* alargado à história, à poesia, à ética e às artes da pintura, escultura, arquitectura e desenho, incluídas

Além disso, ao propor para o ensino da gramática os autores que pela sua mensagem moral e pela *latinistas* se impõem à consideração do educando, selecciona os historiadores César, Salústio, Tito Lívio ao lado de Cícero, Virgílio e Horácio (I.383.23-37).

Esta dependência dos autores do nosso Renascimento ao modelo histórico da Antiguidade, que se define dentro de padrões éticos, que estão de acordo com os valores essenciais do cristianismo, rejeita à partida a concepção pragmática da história, que se afirma com alguns historiadores de finais do séc. XV, princípios do séc. XVI. É o caso de Philippe de Comynes, nos seus *Mémoires*, baseados unicamente na realidade histórica contemporânea⁶⁸, que, neste particular, prenunciam as obras dos florentinos Guicciardini e Maquiavel⁶⁹.

Se exceptuarmos o particularismo destes casos, a leitura paradigmática da história, de inspiração cristã, perdura desde o séc. XV aos finais do séc. XVI. É este o modelo que se impõe à consideração de teorizadores como Jean Bodin, no seu *Methodus ad facilem historiam cognitionem*, de 1566⁷⁰, ou ainda, entre os espanhóis, desde um Luís Vives a um António Viperano. A Viperano, embaixador de Filipe II em Lisboa, que comentou a anexação de Portugal depois de Alcácer-Quibir⁷¹, se deve um tratado *De scribenda historia liber*, que data de 1569⁷². Ao longo dos dezassete capítulos desta obra, a mensagem dos autores clássicos está presente não só na argumentação sobre o valor formativo e utilidade da história, como ainda na arte de a escrever. Assim termina este tratado: *Quiquidem historiae fructus et utiles sunt et suaues: ut quanta in scribendo est difficultas, tanta sit in legendo utilitas uitae, animique uoluptas*⁷³.

Num tão longo período do humanismo europeu, esta continuidade de sentido é interrompida, mas também enriquecida por certas interpretações

também no *Panepistemon* de Angelo Poliziano, vide PETER BURKE, *The Italian Renaissance (Culture and Society in Italy)*, Cambridge, 1987, pp. 51-62.

⁶⁸ PHILIPPE DE COMYNES, *Mémoires* (e.g. V, 18-20), in *Historiens et chroniqueurs du Moyen-âge*, ed. A. Pauphilet, Paris, 1958, pp. 1232 e sqq.

⁶⁹ Sobre estes autores vide FELIX GILBERT, *Machiavelli and Guicciardini. Politics and history in sixteenth-century Florence*, Princeton-New Jersey, 1965.

⁷⁰ Vide J. BODIN, *La méthode de l'histoire*, ed. P. Mesnard, Paris, 1951. Sobre a concepção de história, em França, no séc. XVI, vide C.-G. DUBOIS, *La conception de l'histoire en France au XVI^e siècle (1560-1610)*, Paris, 1977; cf. também MICHEL DE CERTEAU, *L'écriture de l'Histoire*, Paris, 1975.

Contributo apreciável sobre a obra de Jean Bodin são as *Actes du colloque international Jean Bodin à Munich*, Munique, 1973, e as *Actes do Colloque interdisciplinaire d'Angers - Jean Bodin*, Angers, 1985. Vários são os trabalhos que se ocupam da história e metodologia historiográfica em Jean Bodin.

⁷¹ Io. Antonius Viperanus, *Serenissimo principi Alberto S. R. E. Card. Legato, De obtenta Portugalia a rege catholico Philipo Historia*, Neapoli, 1588.

⁷² Io. Antonius Viperanus, *De scribenda historia liber*, Antuerpiae, ex officina Christophori Plantini, 1569.

⁷³ *Ibidem*, p. 69.

individuais. É o caso de um Erasmo, que condiciona a *eruditio* clássica, transmitida através da história, à *fides* cristã⁷⁴. Neste sentido, embora considerar que o historiador deve combinar o saber e a verdade com a habilidade literária e o sentido artístico, sobretudo quando se trata de escrever a história do seu país⁷⁵, Erasmo não seria capaz de subscrever a expressão de Cícero, enunciada no *De oratore*, 2.9.36⁷⁶. Uma opinião negativa da historiografia⁷⁷ surge por exemplo, no *De copia uerborum ac rerum* de 1512, quando Erasmo trata dos discursos fictícios⁷⁸, ou ainda na *Enarratio Ps.33*⁷⁹.

Em nome do seu cristocentrismo e do seu irenismo radical, Erasmo põe em causa, na *Institutio principis christiani*, a mensagem da história antiga e mesmo do Antigo Testamento, que deve ser entendido de forma alegórica⁸⁰.

Apesar disso, apresenta, nos seus *Apotegmas*, a matéria histórica de forma sistemática e seguida, com a intenção de bem formar os príncipes. É que, segundo o humanista, esta obra é uma recolha de expressões e bons termos e não de *exempla*, por vezes falsos e perigosos⁸¹.

Contemporâneo de Erasmo, merece referência especial Egídio da Viterbo, Geral do Agostinhos que, imbuído de neoplatonismo agostiniano, liga o evoluir da história a um providencialismo que lembra as atitudes filológicas de Maquiavel e de Lutero e prenuncia Vico. A sua obra histórica, *Historia XX saeculorum*, é a «história absoluta» da humanidade «sub specie aeternitatis», ou antes, é a expressão de uma verdadeira filosofia da história⁸².

⁷⁴ Vide M. P. GILMORE, «Fides et erudito, Erasmus and the study of history», in *Humanists and Jurists*, Cambridge, Massachusetts, 1963, pp. 87-114.

⁷⁵ Uma alusão às palavras de cumprimento, uma fórmula de circunstância, que Erasmo dirige a Robert Gaguin, que se encontram no final da obra deste autor, *De origine et gestis Francorum compendium*, Paris, P. Le Dru, 1495. Vide *Opus epistolarum Erasmi*, ed. P. S. ALLEN, 12 vols., Oxford, 1906-1965: I, 45, pp. 152, r. 136-137.

⁷⁶ Vide, neste particular, P. G. BIETENHOLZ, *History and biography in the work of Erasmus of Rotterdam*, Genebra, Droz, 1966, p. 19.

⁷⁷ Vide, a este propósito, J. IJEWIJN & C. MATHEEUSSEN, «Erasmus et l'historiographie», in *The Late Middle Ages and the dawn of humanism outside Italy*, cit., pp. 31-43.

⁷⁸ *LB*, I, 160 C-D.

⁷⁹ *LB*, V, 378 A-B: «... Neque raro fit ut inter uaria narrantes nemo sit qui dicat uerum. Quid mirum, quum ne illic quidem ubi maxime consentiunt, semper uera narrent? Titus Liuius, Thucydides, Herodotus, Plutarchus caeterique huius generis, docti, facundi diligentesque fuerunt, sed quoniam nihil aliud erant quam homines, subinde falluntur et fallunt.»

⁸⁰ *LB*, IV, 588 B-F. Este passo encontra-se transcrito na obra *Guerre et paix de Machiavel a Hobbes. Textes choisis et présentés par Georges Livet*, Paris, 1972, com o título «Le danger des livres d'histoire», pp. 96-97.

⁸¹ Vide, neste particular, J. S. HIRSTEIN, «Erasmus, L'Histoire Auguste et l'histoire», in *Actes du Colloque International Erasme* (Tours, 1986). Études réunies par J. Chomarat et alii, Genebra, 1990, pp. 71-95, principalmente 90-91.

⁸² Sobre o pensamento deste autor, vide E. MASSA, «Egidio da Viterbo, Machiavelli, Lutero e il pessimismo cristiano», in *Umanesimo e Machiavellismo*, dir. Enrico Castelli, Pádua, 1949, pp. 75-123; *Idem*, «Egidio da Viterbo e la metodologia del sapere nel Cinquecento», in *Pensée humaniste et tradition chrétienne au XV^e et XVI^e siècles* (Paris, 26-30 Oct. 1948), Paris, 1950,

O interesse de Egidio da Viterbo pelos novos mundos leva-o a celebrar, numa dimensão universal, em termos de neoplatonismo cristão, as empresas militares e as descobertas dos portugueses. Conhecido é o seu sermão, proferido na Basílica de S. Pedro, em Roma, a 21 de Dezembro de 1507, por ocasião das festividades solenes realizadas pelo Papa Júlio II, em celebração das vitórias dos portugueses no Oriente, de que tivera notícia por carta do rei D. Manuel. A pedido do Papa, este discurso de Egidio da Viterbo foi passado à escrita com o título *De ecclesiae incremento* e dele feita uma cópia, enviada ao rei de Portugal⁸³. Os sucessos dos portugueses são apresentados por Viterbo como o cumprimento das profecias das Escrituras Sagradas, como a realização da Idade do Ouro, *Aurea Aetas*, iniciada por Cristo. Expressiva foi a repercussão dos temas egidianos, em Roma e em Portugal, com reflexos no domínio artístico, de que são exemplo a arte manuelina e os frescos de Rafael⁸⁴.

Lembremos ainda o caso de Montaigne, que, no seu estoicismo céptico, recusa, na interpretação da história, qualquer modelo filosófico, religioso e ético, em nome da escrita da verdade individual, de que os *Essais* são documento⁸⁵. A respeito desta obra de Montaigne, houve já quem falasse do grau zero da escrita da história, dado que os testemunhos da antiguidade são misturados com os testemunhos da história moderna e contemporânea, para serem desmentidos na sua possibilidade de significar⁸⁶.

Apesar disso, Montaigne confessa que em matéria de livros «L'Histoire, c'est plus mon gibier» (1.26) e «Les Historiens sont ma droite balle: ils sont plaisants et aysez [...] Voylà pourquoy, en toutes sortes, c'est mon homme que Plutarque.» (2.10)⁸⁷. Não poderemos esquecer também o entusiasmo com que saúda a tradução dos *Moralia* de Plutarco que Amyot acabava de publicar⁸⁸ e a referência a D. Jerónimo Osório, «l'evesque Osorius le

pp. 185-239; *maxime*, p. 205 e sqq.) sobre o papel providencial dos portugueses, na nova Idade do Ouro, que as Descobertas faziam regressar à terra (no discurso de Egidio da Viterbo).

⁸³ Este discurso, precedido de uma carta introdutória, encontra-se na Biblioteca Pública de Évora – Cód. CXVI / 1-30, 80 fols. Deste exemplar nos dá notícia LUÍS DE MATOS, *L'expansion Portugaise dans la Littérature latine de la Renaissance*, Lisbonne, F. C. Gulbenkian, 1991. Encontra-se publicado por JOHN W. O'MALLEY, S. J., *Rome and the Renaissance. Studies in culture and religion*, Londres, 1981.

⁸⁴ Vide SYLVIE DESWARTE, «Un nouvel age d'or. La gloire des Portugais à Rome sous Jules II et Léon X», in *Actas do Congresso Internacional: Humanismo Português na época dos Descobrimientos* (Coimbra 9 a 12 de Outubro de 1991), Coimbra, 1993, pp. 125-152, *maxime*, pp. 129-139.

⁸⁵ Vide CLAUDE BLUM, «Les Essais de Montaigne: entre la rhétorique et l'histoire, l'écriture de la vérité», in *Mélanges sur la littérature de la Renaissance à la mémoire de V.-L. Saulnier*, Genebra, 1984, p. 451.

⁸⁶ Vide K. STIERLE, «L'Histoire comme Exemple, l'Exemple comme Histoire. Contribution à la pragmatique et à la poétique des textes narratifs», *Poétique* 10 (1972), 176-198.

⁸⁷ Vide a edição dos *Essais* de Michel de Montaigne de Pierre Villey, 3 vols., Paris, 1930-1931: vol. I, p. 227; vol. II, p. 169, respectivamente.

⁸⁸ *Essais*, 2.4: «Je donne avec grande raison, ce me semble, la palme à Jacques Amyot sur tous nos écrivains François [...] mais sur tout je lui sçay bon gré d'avoir sçeu trier et choisir

meilleur historien Latin de noz siecles»⁸⁹, o autor da *Crónica dos feitos do rei D. Manuel*, em latim, que divulgou por toda a Europa a gesta portuguesa.

No domínio do conhecimento científico, os Descobrimientos vieram proporcionar uma nova reflexão, a partir da história antiga⁹⁰.

O próprio gosto pela geografia durante a segunda metade e finais do séc. XVI⁹¹ manifesta-se na inclusão desta disciplina na *ratio studiorum* dos jesuítas⁹², ou ainda nas considerações de Jean Bodin, que defende na sua *République* (5.1), as bases geográficas da política e do direito⁹³.

Na literatura, este gosto pela geografia e pelas ciências naturais manifesta-se na grande divulgação que conhece a literatura de viagens, nas traduções que se fazem de Aristóteles e de Plínio-o-Velho, sobretudo em França, ou nas obras em prosa e em verso que se inspiram nestes autores antigos⁹⁴.

Entre nós, são exemplos expressivos a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, os *Colóquios dos simples e drogas* de Garcia de Orta e as obras históricas, de que são exemplo as *Décadas* de Barros, «singularmente célebres pela geografia»⁹⁵, ou a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses* que, na tradução de Nicolas Grouchy – publicada em Antuérpia, em 1554, decorridos apenas três anos da publicação do 1.º volume em Coimbra, onde Castanheda era bedel do Colégio das Artes – divulgou, na língua francesa, os termos exóticos do vocabulário oriental⁹⁶. Também o poema *Os Lusíadas* documenta, de forma eloquente, a utilização poética do conhecimento científico⁹⁷.

un livre si digne et si à propos, pour en faire present à son pays. Nous autres ignorans étions perdus, si ce livre ne nous eust relevé du boubier: sa mercy, nous osons à cett'heure et parler et escrire; les dames en regentent les maistres d'escole; c'est notre bréviaire.» (Cf. ed. cit., vol. II, p. 66.)

⁸⁹ *Essais*, 1.14, vol. I, p. 91.

⁹⁰ Vide a este propósito, LUÍS DE ALBUQUERQUE, *Os Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, 1985, pp. 193 e sqq., *maxime* «Ciência e humanismo no Renascimento em Portugal», pp. 206-215.

⁹¹ Vide NUMA BROC, *La géographie de la Renaissance (1420-1620)*, Paris, 1980. No que se refere a Portugal, vide *maxime*, cap. X, pp. 137-157.

⁹² Vide F. DAINVILLE, *La géographie des humanistes*, Paris, 1940, pp. 205-206.

⁹³ *Ibidem*, pp. 142-145; P. MESNARD, *L'essor de la philosophie politique au XVI^e siècle*, Paris, 1977, pp. 530-538.

⁹⁴ F. DAINVILLE, *Ibidem*, pp. 155-160.

⁹⁵ MANUEL DE FARIA E SOUSA, *Ásia Portuguesa*, vol. I, Porto, 1943, p. 49, ao inumerar as fontes impressas, que utilizou na sua obra, refere as «Quatro Décadas do Grande João de Barros, que sendo posterior a Castanheda o precede e a todos em capacidade. Singularmente célebres pela geografia».

⁹⁶ Vide J. G. HERCULANO DE CARVALHO, «O vocabulário exótico na *Histoire des Indes* (1553)», in *Estudos Linguísticos*, I, Lisboa, 1964, pp. 9-36; Georges le Gentil, «Nicolas de Grouchy, traducteur de Castanheda», *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, 4 (1937), 31-46.

⁹⁷ Vide ORLANDO RIBEIRO, «Camões e a geografia», *Finisterra* 15 (1980), 153-199.

Na historiografia do século XVI, as narrativas marítimas de países desconhecidos, de fenómenos naturais, de paragens de outras latitudes e climas manifestam, de par com a presença do maravilhoso, a importância que assume a experiência, a componente realista e empírica⁹⁸.

No *Tratado da Esfera* de D. João de Castro, onde a ciência dos antigos é referência constante, surge este diálogo entre o mestre e o discípulo:

«D – Pois quem pode arrancar esta opinião dos antigos?»

M – A muita experiência dos modernos, E principalmente a muita nauvegação de Portugal.»⁹⁹

São frequentes as marcas da enunciação «eu vi», «eu ouvi», que servem no discurso do narrador para dar maior credibilidade aos factos, que apontam para uma história contemporânea, baseada nos pressupostos teóricos de Tucídides. Além disso, a verdade factual, nutrida por estas marcas de enunciação, é a cada passo confrontada com os relatos míticos de um Heródoto, com a *Cosmografia* de um Ptolomeu, a *Geografia* de um Estrabão, ou a ciência de um Pompónio Mela ou de uma *História Natural* de Plínio. As crónicas de João de Barros, de Castanheda, de Diogo do Couto, ou de forma mais evidente o *Roteiro de Lisboa a Goa* e o *Tratado de Esfera* de D. João de Castro, as obras de Garcia de Orta, de Duarte Pacheco Pereira, de Pedro Nunes, dão-nos a cada passo exemplos significativos¹⁰⁰.

João de Barros, no *Panegírico da Infanta D. Maria* – onde evoca a glória do rei D. Manuel e as celebrações solenes de Leão X, na cúria romana, ao

⁹⁸ O discurso histórico reflecte o interesse científico a que se assiste na época. Em toda a Europa culta se editam obras científicas, privilegiando-se os grandes mestres da ciência de então. Curiosa, neste particular, é a tradução latina de Elias Vinet a um comentário de Pedro Nunes, incluído na sua edição portuguesa do *Tratado da esfera* de João de Sacro Bosco: «Annotação sobre as derradeiras palavras do capítulo dos Climats». Vinet – mestre «bordalês» que viera com André de Gouveia para Coimbra fundar o Colégio das Artes, em 1548 – convivera com o matemático de Alcácer do Sal, como o designa, «Petrus Nonius Salaciensis», professor na Universidade, e divulga, na língua universal, a novidade das suas reflexões científicas. Este comentário de Pedro Nunes vai figurar na edição latina do mesmo tratado de Sacro Bosco feita por Vinet, que sai a lume em Paris em 1556, dando dele notícia o próprio título da obra: *Sphaera Ioannis de Sacro Bosco. Eliae Vineti Santonis Scholia in eandem Sphaeram ab ipso auctore restituta [...] et Petri Nonii Salaciensis demonstrationem eorum quae in extremo capite de Climatibus Sacroboscii scribit, de inaequali Climatium latitudine, eodem Vineto interprete.*

⁹⁹ Vide *Tratado da sphaera* in *Tratado da sphaera. Da geografia. Notação famosa. Informação sobre Maluco* de D. JOÃO DE CASTRO (Inéditos). Prefácio e notas por A. Fontoura da Costa, Lisboa, 1940, p. 30.

¹⁰⁰ A título de exemplo, vide e.g. os passos das *Décadas* de Barros (D. II, l. I, cap. III; D. III, l. II, cap. I; D. III, l. IV, cap. I), onde as referências a Ptolomeu, Estrabão e aos antigos servem para identificar e localizar ilhas e certas regiões orientais, agora conhecidas.

O mesmo acontece no *Roteiro de Lisboa a Goa* (1538), ed. de Fontoura da Costa, Lisboa, 1939, nos passos em que D. João de Castro faz a descrição das Ilhas Canárias (pp. 14-16), ou das Ilhas de Cabo Verde (pp. 23-25).

receber a notícia da tomada de Malaca¹⁰¹ – profere palavras notáveis¹⁰²: «despregando bandeiras, tomando cidades, sujeitando reinos, onde nunca o vitorioso Alexandre e grande Hércules, de cujas façanhas se espantaram os antigos, puderam chegar; achando novas estrelas, navegando mares não conhecidos, descobrindo a ignorância dos filósofos antigos, que o mundo tinha por mestres de verdades ocultas. Ca, depois que seus pilotos [de D. Manuel] abriram o mar Atlântico, por tantas centenas de anos cerrado, todos aqueles na filosofia natural tinham gastado seu tempo, ele lhe gastou seu louvor.

«Pois dos geógrafos, que cuidavam ter o mundo assoalhado com suas pinturas aos olhos dos que não andavam por ele, que posso dizer senão o que se vê: que rústicos pilotos, sem mais letras especulativas que ãa só doutrina praticada no convés de um navio, endereitam as rrotas, deminuem ou acrescentam os graus, emendam as alturas, de tal maneira reprovam as távoas do ilustre Ptolomeu, como se estudaram em algũa Universidade, e ele não em Atenas, onde gastou seus dias?»

Se estas considerações são devidas ao orgulho nacional daquele que viria a ser o nosso historiador épico, são elas quase um decalque da afirmação do cientista Pedro Nunes, que introduz o seu *Tratado em defensam da carta de marear*¹⁰³.

E por fim, um apontamento apenas no que diz respeito à história antiga, inspiradora de novos modelos ideológicos e da formulação política, em termos modernos.

¹⁰¹ A notícia da tomada de Malaca foi dada ao Papa por D. Manuel na *Epistola... De Victoriis... in India & Malacha*. Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Epistola do muito poderoso e invencível Manuel, rei de Portugal e dos Algarves, etc. Das vitórias que obteve na Índia e em Malaca. Ao Santo Padre, em Cristo, e Senhor Nosso, Senhor Leão X, Pontífice Máximo (Lisboa, 6 de Junho de 1513)*. Reprodução fac-similada, leitura moderna, tradução e notas, in *Acta Rediviva*, II, publicação da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1979.

Em Roma, ao receber esta carta com a notícia da tomada de Malaca, o Papa Leão X celebra o acontecimento e encarrega Camillo Porzio, poeta e cónego de S. Pedro, de pronunciar um discurso em que fosse sublinhada a importância vital dos altos feitos dos portugueses e se chamasse a atenção sobre o perigo turco. Desta celebração da cúria romana nos dá notícia João de Barros, *Panegíricos*, Lisboa, 1937, p. 171.

¹⁰² JOÃO DE BARROS, *Ibidem*, pp. 169-170.

¹⁰³ Vide *Tratado que ho doutor Pero nunez Cosmographo del Rei nosso Senhor fez em defensam da carta de marear: cō o regimēto da altura. Dirigido ao muyto esclarecido: & muyto excelente Príncipe ho Iffante dom Luys &c.* in *Histoire de la science nautique portugaise à l'époque des grandes découvertes*. Collection de documents publiés par JOAQUIM BENSÁUDE, vol. 5, Berna, 1915, pp. 117-118 «Nam ha duuida que as nauvegações deste reyno de cem ãnos a esta parte, sam as mayores: mais marauilhosas: de mais altas & mais discretas conjeyturas que as de nenhũa outra gente do mundo. Os portugueses ousaram cometer o grande mar Oceano. Entrará per elle sem nenhũ receo. Descobriram nouas ylhas / nouas terras / nous mares / nous pouos & o q̄ mays he nouo ceo & nouas estrelas. E perderanlhe tanto o medo que nem ha grande quentura da torrada zona nem desconpassado frio da extrema parte do sul com que os antigos scriptores nos ameaçauam lhes pode estoruar. [...] E fezeram o mar tam chão que nam ha quem oje ouse dizer q̄ achasse nouamente algũa pequena ylha.»

Como atrás ficou dito, a produção histórica da antiguidade greco-romana a partir do século XIV desempenha um papel significativo na consolidação do conceito de estado e na definição dos direitos e deveres de governantes e governados, dentro de uma cosmovisão, onde a moral tem o seu império.

É também com base na história da Antiguidade que Maquiavel vai construir o seu modelo de príncipe e fornecer-lhes as directrizes adequadas ao êxito, que estarão na base da concepção moderna da política. O *Hieron* de Xenofonte, que designa por *De tyrannide* – título que Leonardo Bruni lhe dá na sua tradução latina – e o livro V da *Política* de Aristóteles estão na base das considerações feitas no capítulo XXI de *Il príncipe*. É, no entanto, na terceira parte da sua obra (capítulos XV-XXIII), que diz respeito às relações do príncipe com os seus súbditos e ainda com a sua «entourage», que Maquiavel quebra todos os laços com os postulados da política de inspiração clássica.

Os fundamentos da sua teoria de estado colhe-os Maquiavel na história de Políbio, sobretudo a partir da reflexão que faz da teoria da *anacyclôsis*, desenvolvida no livro VI, que ele comenta nas suas *Histórias Florentinas*¹⁰⁴. Além de Políbio inspira-se também em Tito Lívio¹⁰⁵, os dois historiadores que traçaram as coordenadas que deram forma à grandeza de Roma. Serve-lhe ainda de modelo a obra de Tácito, representante do pragmatismo histórico na Antiguidade latina¹⁰⁶.

Também Jean Bodin, na sua obra *Les six livres de la république*, ao tentar uma formulação sistemática e jurídico-política da teoria de estado, parte da reflexão crítica dos modelos da antiguidade greco-latina – Platão, Aristóteles, Xenofonte, Plutarco, Cícero, Políbio, Tito Lívio, Tácito¹⁰⁷ –, e apoia-se no direito romano.

A *République* de Bodin, marco importante do pensamento político posterior, pressupõe a obra de Maquiavel, *Il príncipe*, sobretudo na apologia de um poder pessoal¹⁰⁸. Aliás, a obra do Florentino, apesar de criticada e

¹⁰⁴ Sobre a importância do livro VI de Políbio no pensamento do séc. XVI, com referência particular ao pensamento de Maquiavel, ver G. SASSO, *Studi su Machiavelli*, Nápoles, 1967, pp. 214 e sqq.; Idem, *Nicolò Machiavelli. Storia del suo pensiero politico*, Bolonha, 1980, pp. 441 e sqq.; 455 e sqq.; 462.

¹⁰⁵ A Maquiavel se devem os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, cujo título mostra a sua preocupação pelo destino da sua cidade e a esperança de se igualar ao modelo clássico. Bem diversa de *Il príncipe* é esta obra, que se insere na linha da tradição humanista. A própria teoria da melhor forma de governo que nela apresenta (cap. II), de acordo com Políbio e Cícero, é a constituição mista, que vigorou na Roma republicana.

¹⁰⁶ Vide R. DEVELIN, «Tacitus and techniques of insidious suggestion», in *Antichthon* 17 (1983) 64-95.

¹⁰⁷ Vide, a este propósito, PIERRE MESNARD, *Essor cit.*, pp. 476-477.

¹⁰⁸ Foi o já designado «racionalismo maquiavélico de Bodin» um dos motivos de repúdio da obra do jurista francês entre os teorizadores hispânicos da Contra-Reforma. Apesar de tudo, Bodin conseguiu infiltrar-se na Península Ibérica, que dele recebeu, nesta época, o conceito de

condenada, vai influir, a par da de Jean Bodin, na definição da «verdadeira razão de estado», *ad maiorem Dei gloriam* dos doutrinadores jesuítas¹⁰⁹ e na afirmação do tacitismo – corrente, que se apoia no modelo pragmático da história de Tácito e conhece grande fortuna nos finais do século XVI e ao longo do século XVII¹¹⁰. Em Portugal, todavia, se alguns reflexos se podem apontar – Fernando Alvia de Castro, no séc. XVII, recolhe os melhores aforismos políticos de Tácito – estes correspondem *latu modo*, ao Tácito cristianizado¹¹¹.

Numa palavra, apesar das perspectivas divergentes ou convergentes de autores e tendências que têm lugar durante o largo período do Renascimento, a historiografia, em Portugal, define-se e concretiza-se dentro de padrões estéticos e ideológicos que são os do Humanismo europeu, a que imprime um cunho de modernidade e de vivência experiencial inigualáveis. É que a nossa reflexão e a nossa realização históricas quinhentistas têm por foco de energia vital a gesta lusa, que o *orbis terrarum* admirou e elegeu como farol liminar da Idade Moderna – a chegada do Gama à Índia em 1498 – e elevou ao nível do mito – Rafael Hitloideu, o herói da *Utopia*, era português.

soberania. Vide, a este propósito, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Jean Bodin na Península Ibérica (ensaio de história das ideias políticas e de direito público)*, Paris, 1978, cap. II, pp. 77 e sqq. e cap. III, pp. 121 e sqq.

¹⁰⁹ Foi grande a importância da obra de GIOVANNI BOTERO, *Della ragion di stato* (1589), que se torna um verdadeiro marco na definição da «verdadeira razão de estado» dos jesuítas e no desencadear do tacitismo.

¹¹⁰ Vide e.g. GIUSEPPE TOFFANIN, *Machiavelli e il tacitismo. La «politica storica» al tempo della Contrariforma*, Pádua, 1921.

¹¹¹ Vide a este propósito, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa* (Ensaio de história das ideias políticas), Lisboa, 1974, p. 106.